

**AS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS E A AGÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE: uma possível  
relação dialética**

**RICARDO JOSÉ PERES**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

**JEFFERSON HENRIQUE CORREA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

**PAULA PIASSA DAS NEVES**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

**BEATRIZ LIMA ZANONI**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

## **AS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS E A AGÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE: uma possível relação dialética**

### **INTRODUÇÃO**

Ao analisar as organizações enquanto instituições que tem como objetivo o aumento do lucro, compreende-se estas como estruturas objetivamente definidas com o suporte do sistema capitalista, que supostamente, podem também ser modificadas e moldadas a partir da agência dos indivíduos que compõem as organizações (SEWELL, 1992). No entanto, ao analisar as organizações partindo das lentes sociológicas, é possível perceber que estas estão inseridas em um campo, chamado campo das organizações. Este que representa um micro recorte do espaço social, que é estruturado e estruturante. Estruturado no que diz respeito ao caráter objetivo das relações que nele existem, e estruturante no que diz respeito às relações de poder e dominação que ali se constroem (BOURDIEU, 2012; BORIM-DE-SOUZA et al., 2018).

Por conseguinte, as organizações e as relações que compõem o campo em que estão inseridas, grassam entre os conceitos de estrutura e agência, entre determinações objetivas e ação dos indivíduos, apresentando-se a partir de uma dialética. Considerando o campo como espaço que abrange as discussões acerca das relações entre organizações, ambiente e sociedade, ou seja, as discussões acerca da sustentabilidade, a dialética se faz presente no que diz respeito à tentativa de adequar os ciclos econômicos aos naturais, alinhar o capitalismo à sustentabilidade (MILNE; KEARINS; WALTON, 2006; O'CONNOR, 2002; HARVEY, 2016; DRYZEK, 1992).

As estruturas do capitalismo enquanto sistema econômico, e do Estado enquanto instituições reguladoras podem ser consideradas partes integrantes da máquina responsável pelo desgaste e destruição do ambiente. As organizações inseridas neste contexto, portanto, são identificadas como engrenagens dessa máquina (SHWOM, 2009). Grupos que defendem a reforma ou transformação deste sistema apontam as características negativas das organizações, e identificam a capacidade destas em relação à geração de riscos civilizatórios atestados pela ciência, economia, política e ética (HOPWOOD et al., 2005; BECK, 2010). No entanto, grupos com opiniões técnico-econômicas, defendem o *status quo* do sistema, isto é, que o capitalismo continue se desenvolvendo com base nos princípios de acumulação de lucro, dominação e apropriação de recursos naturais. Neste grupo, as organizações são compreendidas enquanto impulsionadoras do crescimento econômico, e consequentemente interpretadas como fontes de solução para problemas sociais, ambientais e políticos (GLADWIN et al., 1995; HOPWOOD et al., 2005).

Isto posto, com o objetivo discutir a dialética da sustentabilidade nas organizações a partir da relação de estrutura e agência, este ensaio teórico organiza-se da seguinte forma: no primeiro tópico, discute-se os conceitos de estrutura enquanto padrão de relações que tende a ser reproduzido e tende a ser estável, e agência enquanto capacidade do indivíduo de aplicar esquemas em novos contextos, ambas sendo exploradas a partir do campo das organizações (SEWELL, 1992); o segundo tópico apresenta a contraposição de alguns aspectos das teorias de estrutura e agência, partindo da ideia de dialética que se faz presente no universo intermediário da sociologia bourdieusiana (BOURDIEU, 2012); a sustentabilidade, por sua vez, apresenta-se no terceiro tópico em uma perspectiva política e ideológica, que pressupõem a relação de dominação da ideologia capitalista no discurso da sociedade (O'CONNOR, 2002); por fim, no último tópico são apresentadas as discussões, que abarcam as reflexões acerca da sustentabilidade nas organizações e que questionam se sua representatividade nas

discussões do campo sendo suficiente para representar uma nova estrutura ou ao menos um poder de agência.

## **COMPREENSÃO DO CAMPO DAS ORGANIZAÇÕES**

Os conceitos de estrutura e agência são apresentados neste ensaio teórico com o intuito de direcionar a compreensão das relações estabelecidas no campo das organizações. Para que esta discussão se estabeleça, no entanto, faz-se necessário a compreensão da origem epistemológica de ambos os termos, transcorrendo por suas diversidades de apresentações teóricas, bem como suas principais contradições no que diz respeito à sustentabilidade no campo analisado. Partindo do pressuposto que este ensaio teórico apresenta-se a partir da dialética entre estrutura e agência com base na sociologia bourdieusiana, optou-se por classificar a teoria de estrutura e agência a partir de duas possíveis classificações: estruturalista-constructivista, na qual as ações das organizações e sociedade para com o ambiente são determinadas por estruturas; e constructivista-estruturalista no que diz respeito à tentativa do agente em sobrepor aquilo que lhe é determinado por o que é de sua vontade e se se dá a partir de seus valores individuais (BOURDIEU, 2004).

A abordagem epistemológica estruturalista é identificada como aquela que assume uma relação dual ou relação de estrutura e agência, que têm como conceitos a maneira com a qual as pessoas são designadas a desempenhar funções dentro das relações, sejam elas formais ou informais que é denominado como estrutura, e o conceito de agência que se estabelece vide a realização dessas funções por esses agentes ou atores sociais que visam desempenhar seus papéis com aquilo que lhes é proposto para que se integrem a determinadas relações às quais pretendem participar por vontade própria, por obrigação ou qualquer outra forma que possa descrever a participação das pessoas e de organizações nas relações sociais.

A relação entre estrutura e agência, apesar de ser discutida neste ensaio teórico fundamentada nas teorias de Sewell (1992), pode ser relacionada com alguns outros autores que também contribuíram para discussões acerca do tema, dentre eles: Ferdinand de Saussure (1857-1913); Anthony Giddens (1938); Levi-Strauss (1908-2009); e, Pierre Bourdieu (1930-2002). Ainda que tenham apresentado semelhanças, cada um dos pensadores enfatizou assim para a tratativa de temas partindo dos contextos sociais em que estiveram inseridos, fazendo-os enxergar as teorias de formas distintas, conforme a ótica do estudo a qual se busca apresentar enfaticamente.

Desta forma, o termo estruturalismo foi cunhado primeiramente para o estudo da linguística por Saussure (1916). Posteriormente foi utilizado nas ciências sociais em diversas áreas, dentre elas na Antropologia, um dos autores que trabalhou com o conceito de estruturalismo foi Levi-Strauss (1995, p.281), que definiu este conceito como “[...] estruturas que se engrenam obrigatoriamente: seja, de um lado, a infra-estrutura técnico-econômica; e, de outro, as condições particulares, que o estudo sociológico revela condições em que se exerce a vida em sociedade”. Podendo esse pensamento de estrutura para Levi-Strauss ser algo imutável e inflexível do ponto de vista do agente, é reconhecido como uma maneira de rigidez e de controle que muitas vezes podem falhar nas constatações de mudanças dos aspectos sociais. Isso denota que o estruturalismo pode ser interpretado como uma maneira formalizada de condições que atuam na vida social com o objetivo de trazer a linearidade da relação existente entre estrutura e estruturado, sendo este o agente que rende às condições estruturais.

Assim, para Giddens (2000) essa estrutura também representa as relações entre estrutura e agente dentro de um contexto social que, segundo o autor, a relação da dualidade existe na dependência de estruturas e agências para que a perspectiva do estruturalismo

aconteça. Além disso, Giddens (2000) atesta em suas teorias que essa relação dual permite que as práticas se repitam e promovam a construção dos sistemas sociais, sendo essa relação o meio e o resultado das práticas que constituem os sistemas. Essa maneira de enxergar a estrutura como uma representação social na forma de organizador das ações dos indivíduos e na maneira com as quais são definidas conforme essas relações entre o agente e a estrutura. Outro autor também citado por Sewell (1992) que fez uso das teorias de estrutura e agência no decorrer de sua trajetória acadêmica foi Pierre Bourdieu. E que Bourdieu define o conceito de estruturas da seguinte maneira:

[...] Numa formação social determinada, as instâncias que pretendem objetivamente o exercício legítimo de um poder de imposição simbólico, e que tendem assim a reivindicar o monopólio da legitimidade, entram necessariamente em relações de concorrência. Isto é, em relações de força e relações simbólicas cuja estrutura exprime segundo sua lógica o estado da relação de força entre os grupos ou as classes (BOURDIEU, 1992, p.32).

Por conseguinte, compreende-se que as pessoas, seja no aspecto formal ou informal, atuam dentro de determinados contextos que têm uma ação estruturada sobre suas ações individuais, refletindo assim, a dialética que há entre a estrutura e agência. E, que as relações que acontecem são baseadas em algo que se constrói não pela simples existência da relação, mas pela perspectiva de algo que está além da construção de uma relação, que Bourdieu (2012) denomina como simbólico. O conceito de simbólico para o sociólogo faz da estrutura e agência uma relação baseada interesses de ambos os agentes que compõem a relação em questão.

Para a descrição do conceito de agência, por sua vez, Bourdieu relaciona-o ao comportamento que agentes, sejam eles indivíduos, grupos de indivíduos ou organizações, perante os contextos de atuação e as atividades que desempenham. Atividades as quais são prescritas para que estes realizem, como no caso de uma relação entre empregado e empregador, ou mesmo na maneira a qual o indivíduo se comporta em determinado grupo e a forma sua atuação para que seja aceito e esteja em consonância com os interesses existentes naquelas relações, e assim se integre a elas. A agência é descrita também pelos autores mencionados anteriormente, no entanto, alinhado aos conceitos de Sewell (1992). Porém sob a ótica bourdieusiana, agente é definido da seguinte forma:

[...] Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos - as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador: esse sistema de disposições pode ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky com a diferença de que se trata de disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento (BOURDIEU, 2004, p.21).

Sendo assim definido, o agente representa um ser que dotado de um comportamento pré-definido e que está de certa forma pautada naquilo que a estrutura define como um comportamento aceitável, que aceita tais formas de ação e de estruturação para que possa permanecer dentro de determinadas relações sociais. Com isso, essas definições entre estrutura e agência para os principais sociólogos que debatem o assunto e com ênfase na sociologia Bourdieusiana, alguns autores buscam realizar confirmações sobre as teorias que foram realizadas ou mesmo argumentam as inquietações em forma de críticas ao que foi estudado. Como no caso de Sewell (1992), que dedicou parte de sua trajetória científica aos estudos de dois termos, estrutura e agência, que o próprio autor define como termos de difícil

entendimento e interpretação. Isto porque, a estrutura se constitui de diferentes tipos de linguagens verbais e não verbais e por essa razão é considerada um dos termos de mais difícil interpretação (SEWELL, 1992). Estrutura, no entanto, não se apresenta como um conceito, mas como um tipo de fundação ou metáfora epistemológica. Segundo Sewell (1992) estrutura pode ser analisada a partir de seu sentido verbal transitivo, e por isso é explicada como estruturante no que diz respeito às formações sociais.

Sewell (1992), em suas teorias explica que as definições de estruturas segundo Giddens, consistem de regras e recursos, sendo que a noção de regras de Giddens é derivada do estruturalismo francês. Regras estas, que na obra de Sewell (1992) são questionadas uma vez que, ao invés do nível estrutural proposto por Levi-Strauss, o autor defende a existência de regras em níveis. Sewell (1992) optou pelo termo esquemas em vez de regras, explicando que os vários esquemas que compõem estruturas são, conforme afirma Giddens, “[...] procedimentos generalizáveis aplicados na promulgação/reprodução da vida social” (1984, p. 21), e podem ser generalizados. Isto posto, Sewell (1992) observa que estruturas tendem a variar entre as diferentes esferas institucionais, as estruturas de parentesco, por exemplo, apresentam diferentes lógicas quando comparadas às estruturas religiosas, estruturas produtivas, estruturas educacionais, entre outras.

Segundo Sewell (1992) estruturas tendem a aparecer no discurso científico social como imutáveis perante a ação humana. Contudo, ao definir o termo desta forma a estrutura tende a reduzir atores a indivíduos programados. Quando, no entanto, estruturas são conjuntos de esquemas dialéticos, isto é, são fontes de sustentação, contudo são compostas por recursos que capacitam à ação social e favorecem sua reprodução ainda que não automática. Em outras palavras é possível afirmar que as estruturas são passíveis de modificações.

Na definição e uso do termo, Sewell (1992) explicou ainda que há, no entanto, três problemas no que diz respeito à teoria de estrutura. O mais discutido deles é o fato de que os argumentos estruturais ou estruturalistas tendem a assumir um determinismo causal demasiado rígido na vida social. Desta forma, a existência do indivíduo em um contexto social pautado em estruturas tende a ser reificada e tratada como imutável. O segundo problema identificado nas teorias de Sewell (1992) refere-se à metáfora da estrutura implica estabilidade. Por esta razão, a linguagem estrutural presta-se facilmente a explicações de como a vida social é moldada em padrões consistentes. O terceiro problema identificado é o fato de a estrutura ser Um dos termos utilizados em sentidos, aparentemente, contraditórios em diferentes discursos científicos sociais, particularmente nos discursos da sociologia e da antropologia.

As estruturas moldam as práticas das pessoas, mas também são as práticas das pessoas que constituem (e reproduzem) estruturas. Nesta perspectiva, a agência humana e a estrutura, estão longe de serem opostas, são na verdade, interdependentes (SEWELL, 1992). Uma organização que visa obter “sucesso”, não pode desprezar as relações do ambiente que ela está inserida, relações estas que são caracterizadas pela estrutura que é definida como “conjunto de esquemas e recursos mutuamente sustentáveis que fortalecem e restringem a ação social e que tendem a ser reproduzidos por essa ação social”. (SEWELL; 1992 p.4) As estruturas, sendo, no entanto passíveis de serem modificadas mediante a ação do agente em relação à estrutura e vice e versa, caracterizam uma dualidade no processo das relações, portanto, fazendo com que o agente tenha condições de provocar mudanças na estrutura, bem como, as estruturas podem provocar mudanças no agente.

[...] A agência como um processo de engajamento social incorporado temporalmente, informado pelo passado (em seu aspecto “iteracional” ou habitacional), mas também orientado para o futuro (como uma capacidade “projetiva” de imaginar possibilidades alternativas) e em direção ao presente (como uma capacidade “prático-avaliadora” de contextualizar hábitos passados e projetos

futuros dentro das contingências do momento)”. (EMIRBAYER; MISCHÉ 1998, p. 962).

O agente é então dotado do poder de agência, que é definida por Sewell (1992), como a capacidade do ator de reinterpretar e mobilizar uma série de recursos em termos de esquemas culturais diferentes daqueles que inicialmente constituíam o arranjo, sendo dotado de competências no tocante a inovação e criatividade, e em meio às estruturas que o permeia, pode ser constrangido pelas mesmas ou provocar mudanças ou novas alternativas de estruturas. Pautando-se no conceito de agência, não é possível considerar o agente somente como um reproduzidor, mas também como um modificador de estruturas e de instituições. Instituições estas que podem ser definidas como, “[...] modelos socialmente construídos para a ação, gerados e mantidos por meio de interações contínuas” (BARLEY; TOLBERT, 1997, p. 96).

Logo, para Sewell (1992) a noção de estrutura pode ser repensada, uma vez que em suas teorias, o autor procurou reconhecer a agência de atores sociais, para construir a possibilidade de adequações no conceito de estrutura, e para superar a divisão entre semiótica/semiologia e materialismo. Semiótica que para Saussure (1916) representa a criação de significado para as pessoas sobre certa forma de representatividade que certas ações, palavras ou algo que possam trazer esse significado. Com o objetivo de reformular adaptar a teoria de estrutura ao incorporar o conceito de agência, Sewell (1992) fez uso da "dualidade da estrutura" de formulações de Anthony Giddens e do conceito *habitus* de Pierre Bourdieu, uma vez que estes se dedicam aos estudos referentes ao papel do *habitus* e às práticas rotinizadas.

Estruturas moldam as práticas dos indivíduos, no entanto, as práticas também moldam as estruturas a partir dos indivíduos que as constituem e reproduzem. Desta maneira, compreende-se que agentes atuam colocando em prática conhecimentos estruturados. Isto, por sua vez, implica que na sua ação que tem como objetivo transformar ou reproduzir as estruturas que lhes deram a capacidade de agir. Segundo Sewell (1992), Giddens define estruturas como tendo um duplo caráter, ou seja, é estrutura e, simultaneamente, é um composto de esquemas, que são virtuais, e de recursos, e reais. Por sua vez, este caráter dual, ou dialético, nas teorias bourdieusianas foi ilustrado com base na relação sustentável entre esquemas e recursos, o que Bourdieu chamou de estruturas mentais e o mundo dos objetos.

Ao discutir as possibilidades dinâmicas de agência do indivíduo, é possível compreendê-la como uma variável, ou seja, a partir de diferentes maneiras com que as dimensões da agência conectam com diversas formas de estrutura. Portanto, a constituição de agência e estrutura, é a constituição de orientações dentro de determinados contextos estruturais que permitem que os atores assumam maior ou menor grau de transformação em relação aos contextos de estruturação de ação.

Embora Sewell (1992) considere plausível a dualidade de estrutura proposta por Giddens, o mesmo tece críticas acerca do estruturalismo e da utilização de regras e recursos que são classificados como autoritativo e alocativo, além disso, Sewell (1992) propõem que as regras sejam substituídas por “esquemas” e que os recursos sejam humanos e não humanos. Outra crítica direcionada a Giddens diz respeito ao seu conceito de recursos, o qual não deixa claro como os esquemas podem se combinar para formar uma estrutura, além disso, Sewell (1992) questiona também sobre os recursos “virtuais” mencionados por Giddens, os quais se referem a recursos materiais (recursos não humanos) - como fábricas de capitalistas, estoques de armas controlados por reis ou generais, terras alugadas por camponeses e pilhas de mantas de Hudson - e os não materiais (recursos humanos), tais como: o poder do sacerdote católico romano de consagrar o anfitrião e ouvir a confissão, o senso de obrigação das crianças para com suas mães ou o medo e a reverência que os sujeitos sentem por seu rei. “[...] Por

definição, corpos humanos, como qualquer outro objeto material, não podem ser virtuais” (Sewell, 1992, p. 10).

Essa replicação de conhecimento pode proporcionar a diminuição de modelos prontos de administração, permitindo que estes agentes trabalhem de forma diferente em diversos contextos e textos nos quais estão inseridos, modificando assim, as estruturas através das interações sociais, e não por meio de regras prontas, impostas e que devem ser cumpridas sem nenhum questionamento. A abordagem de Sewell (1992) e Emirbayer e Mische (1998) encaixam-se como metanarrativas de conhecimento (REED, 2007), e reforçam sua contrariedade às regras do estruturalismo e do determinismo francês. Emirbayer e Mische (1998) utilizam-se da premissa de que as formas específicas culturalmente incorporadas pelas quais as pessoas imaginam, falam e negociam, influenciam seu grau de liberdade e capacidade de manobra em relação às estruturas existentes. Isto é, importa em que grau elas entendem o tempo como algo fixo e determinado, ou inversamente, como algo aberto e negociável.

Por conseguinte, pesquisas baseadas na noção de *habitus* de Bourdieu, provam-se úteis ao mostrar como diferentes experiências formativas, como aqueles influenciados por gênero, raça, etnia, moldam os esquemas cognitivos, afetivos e corporais através dos quais os atores passam, a saber, como agir em mundos sociais específicos. A reativação de esquemas inculcado através da experiência passada tende a corresponder e reproduzir padrões sociais, logo estruturas sociais e cognitivas estão interligadas, e podem vir a favorecer a dominação social (EMIRBAYER; MISCHE, 1998).

## **BOURDIEU E A PERSPECTIVA DE AGÊNCIA**

Uma vez apresentada às definições de agência e estrutura a partir de Sewell (1992), incluindo seus pontos de concordância e discordância com autores como Giddens e Bourdieu, este artigo tem como intenção discutir os posicionamentos do autor especificamente em relação à postura de Bourdieu sobre os conceitos de estrutura e agência. Desta maneira, este tópico apresenta a sociologia de Pierre Bourdieu (1930-2002) ou Sociologia Bourdieusiana, abordando as relações sociais a um nível micro e a pluralidade de significados presentes nessas relações. Com a finalidade de contrapor estes dois teóricos, faz-se necessário um aprofundamento na construção da sociologia bourdieusiana.

Para iniciar sua caminhada acadêmica nas ciências sociais, Bourdieu inspirou-se em três principais nomes: Weber, Marx e Durkheim. Cada um deles contribuiu para a sociologia bourdieusiana de alguma maneira particular, permitindo que o sociólogo se apossasse de aspectos específicos das teorias de cada um. Sobre a sociologia weberiana, por exemplo, os tipos ideais, os aspectos objetivos da análise histórica, isto é, a análise por meio de documentos, e relações que levam a uma construção fenomenológica, são considerados relevantes para a construção da sociologia de Bourdieu. Em relação às teorias marxistas, aproveita-se a teoria ligada à dialética, ao materialismo histórico e a classificação da sociedade em classes. Sobre a sociologia de Durkheim, por sua vez, Bourdieu inspira-se na funcionalização da sociedade e na empiria. No entanto, enquanto os clássicos tinham uma leitura macrossociológica dos fatos sociais, Bourdieu preocupou-se em estudar os microespaços, como um recorte do espaço social (macrocosmo). Pelo recorte do espaço social, em um espaço micro, o campo, Bourdieu pautou-se no estudo da microsociologia.

O conceito de campo foi desenvolvido por Bourdieu fundamentado na leitura de um capítulo do livro *Ciência e Economia* de Weber, no qual Weber discorria sobre o campo religioso a partir de uma perspectiva interacionista e realista. Bourdieu investigou e buscou apresentar a gênese e estrutura de cada campo estudado, realizar e definir assim a ciência em cada um. Sendo assim, o campo pode ser entendido como:

[...] uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação presente ou potencial na estrutura de distribuição de espécies de poder (ou capital) cuja posse permite acesso aos lucros específicos que estão em disputa no campo, bem como por sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 97).

A lógica do campo demonstra, então, que este espaço representa uma estrutura objetivada, também definida por Bourdieu como estruturada e estruturante. A análise estruturada do campo e estruturante dá origem a outro conceito, o *habitus* é uma estrutura incorporada, ou seja, estruturas produzem *habitus*, que determinam práticas, que por sua vez, reproduzem a estrutura. O *habitus* pode se relacionar com o campo de duas formas: como condicionante e em uma relação de conhecimento. Primeiro, há uma relação de condicionamento, onde o campo estrutura o *habitus*, que é produto de incorporação na necessidade do campo ou de um conjunto do campo. E em segundo, há uma relação de conhecimento, na qual o *habitus* contribui para a construção do campo como um mundo com significados dotado de sentido e valor (MISOCZKY, 2007).

Então, quando os agentes reconhecem as ações mencionadas pode-se dizer que se tem um “[...] trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um *habitus* [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 44) que seja capaz de perpetuar por todo campo para tornar-se princípio gerador de práticas no campo. Observa-se que quando o campo assume papel de maior relevância, ou seja, quando este é maior ou igual o *habitus* ocorre um processo de autonomização. Logo, o campo não é estático, e os ajustes dessas disposições no campo revelam como os dominados podem exibir maior ou menor grau de submissão (mais ou menos resistência e subversão). Bourdieu (1990) aponta que não há como negar que existem disposições de resistência, afinal o campo não é estático, e o estado das relações de força entre os jogadores que define sua estrutura.

Estas relações são determinadas por diversos motivos, dentre eles a posse e movimentação de capitais. Sendo nas teorias Bourdieusianas, os capitais cultural, social, econômico e simbólico aqueles que foram comumente identificados em todos os campos analisados por Bourdieu em sua trajetória acadêmico-científica. Os capitais cultural, social e econômico, dentre muitos outros, são objeto de disputa dentro de um campo, uma vez que tendem a representar poder. Os mesmos podem ser transformados em capital simbólico, que para Bourdieu é definido como “[...] um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (BOURDIEU, 1990, p.166). Ao tornarem-se simbólicos dentro do campo, os capitais conferem ao agente detentor do mesmo, o poder simbólico. Aquele que detém então o capital simbólico é conhecido e reconhecido no campo. A descrição de poder simbólico é um poder invisível que permeia o campo, pois para Bourdieu as relações de poder podem surgir além de performance, discursos e estar oculto nas estruturas.

Sendo assim, compreende-se a estrutura como um sistema composto por regras, recursos, limites, e possibilidades. A agência controla e regula o fluxo de suas atividades e monitora aspectos físicos e sociais nos contextos que atua. Neste sentido, destaca-se a sociologia bourdieusiana que propõe e vai além a uma mediação entre agência e estrutura. Utilizando-se dos conceitos de *habitus* e campo, Bourdieu, propõe superar o paradoxo agência/estrutura uma vez que adota o *habitus* como além da mediação. *Habitus* e campo estão conectados, de modo que o primeiro é produto de práticas da estrutura e ao mesmo tempo é o que dá sentido a ela.

[...] No próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos - linguagem, mito, etc., estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campo” (BOURDIEU, 1990, p.149).

A teoria bourdieusiana acresce então conceitos interligados ao debate estrutura/agência, como capitais, poder simbólico, e dominação simbólica, estes que podem ser identificados nas relações entre organização, sociedade e ambiente. A adoção dos conceitos bourdieusianos de *habitus*, campo, capitais e poder simbólico enriquece a análise agência/estrutura, uma vez que influenciam a agência e determinam a estrutura, além disso, identificam como o poder simbólico permeia a relação agência/estrutura contribuindo para que as relações sejam hierarquizadas. Com intuito de seguir os caminhos da sociologia bourdieusiana, isto é, apresentar a partir de um cenário real, ou ao menos mais concreto, parte do que foi teoricamente discutido, apresenta-se em sequência o tópico que discute a relação dialética entre estrutura e agência no que diz respeito à sustentabilidade no campo das organizações.

## **A AGÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE**

A perspectiva dialética proposta por este ensaio teórico se explica a partir da ideia de que as estruturas são incorporadas de diferentes maneiras por cada indivíduo, considerando que os recursos, histórias e memórias que dispõem variam de acordo com a subjetividade de cada um (SEWELL, 1992). Desta maneira, compreende-se que a ação do indivíduo pode causar impacto na construção da estrutura em si. Isso se dá, uma vez que é considerada intrínseca ao ser humano a capacidade de adaptar e transpor esquemas antigos às novas realidades e contextos, o que o torna agente. Assim, presume-se que as estruturas do campo das organizações sigam este padrão e se incorporem de maneiras diferentes, uma vez que estas se instalam em países diferentes, com diversidades culturais, condições econômicas diversas umas das outras, e principalmente são compostas por indivíduos que compreendem a realidade a partir de sua subjetividade. Reconhecendo a existência de diferentes estruturas organizacionais, faz-se necessário compreender que estas são estruturadas por um sistema maior, denominado capitalismo, interpretado como uma estrutura imprevisível, e teoricamente passível de reformas e mudanças (SEWELL, 1992).

Imprevisível desde suas origens, o capitalismo representa um sistema que teve como objetivo inicial o aumento da produtividade. Entretanto, no decorrer de seu desenvolvimento, este objetivo tornou-se o aumento do lucro e a acumulação de capital, o que fez com que este sistema econômico se tornasse infiel aos seus próprios princípios (COHEN, 2013). Partindo desta incongruência inicial entre o que é definido como a estrutura do capitalismo, e o que é praticado por aqueles que compõem este sistema, isto é, as organizações, diversos outros assuntos são abordados no campo organizacional fundamentados em uma perspectiva dialética. Este ensaio teórico discorre especificamente acerca da dialética presente nas discussões sobre sustentabilidade nas organizações baseadas nas teorias de estrutura e agência. Partindo do pressuposto que diferentes estruturas tendem a mobilizar diferentes formas de poder, a sustentabilidade é abordada neste ensaio teórico como ideológica e política, isto é, como um assunto que perpassa os aspectos ambientais, sociais e econômicos para destacar as relações de hierarquização e poder entre organização, sociedade e ambiente (O’CONNOR, 2002).

A sustentabilidade é caracterizada como ideológica pelo fato de que neste campo, diferentes estruturas tendem a mobilizar diferentes formas de poder, fazendo com que a esta seja caracterizada como um meio de dominação. Além disso, as discussões sobre o tema são também apresentadas como políticas, uma vez que se orientam com base na ideologia capitalista, com o objetivo de atender os interesses daqueles que financiam o funcionamento do sistema econômico (BORIM-DE-SOUZA, et al., 2018). Isto posto, compreende-se a relação de poder existente entre organizações, sociedade e ambiente denuncia a dialética intrínseca às tentativas de ajustes entre o ciclo econômico proposto no sistema capitalista e o ciclo natural do ambiente (MILNE; KEARINS; WALTON, 2006; O'CONNOR, 2002; HARVEY, 2016; DRYZEK, 1992).

Por conseguinte, pautando-se nas teorias de Sewell (1992), este ensaio optou por discutir o campo das organizações a partir o capitalismo, enquanto sistema que direciona as atividades organizacionais, como estrutura e, questionar a sustentabilidade enquanto tema que pressupõe a agência do campo. Questiona-se esta definição uma vez que as discussões sobre sustentabilidade são consideradas recentes quando comparadas às determinações do sistema capitalista, e neste sentido, a estrutura deste sistema econômico se faz institucionalizada nas organizações. Organizações estas que passam por um processo de burocratização, que promove o isomorfismo, no qual são forçadas a se agruparem pela necessidade de cumprir obrigações semelhantes ditadas pela estrutura capitalista e política. Quanto mais forte a ordem e o controle racional legal, mais facilmente as regras e objetivos da organização se institucionalizam, uma vez que sempre há busca por adequar as estruturas organizacionais aos objetivos e estruturas da autoridade (MEYER; ROWAN 1977). No entanto, ao considerar a impossibilidade de perfeição de um sistema, é válido questionar se há a possibilidade de oposição à estrutura dominante. Seria possível buscar institucionalizar um sistema alternativo no momento em que o capitalismo transparece suas contradições, e torna-se vulnerável para que a sustentabilidade se faça presente enquanto agência? (DRYZEK, 1992).

Pressupor então, a sustentabilidade como agência do campo das organizações, é afirmar a necessidade de um remodelamento do sistema capitalista e das conseqüentemente das próprias organizações. Com o objetivo de colocar as mudanças em prática, as discussões acerca da necessidade de mudança em relação à exploração excessiva e busca incansável pelo lucro, se destacaram a partir da segunda metade do século XX. O primeiro termo que abordava o repensar do sistema econômico e produtivo, no entanto, não foi sustentabilidade, mas desenvolvimento sustentável, este compreendido como “[...] o agrupamento de processos integrativos que buscam manter o balanço dinâmico de um sistema complexo a longo prazo.” (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009, p. 193). A sustentabilidade por sua vez, é representada nestas discussões como a ideia central do desenvolvimento sustentável, e como ações objetivas que permitem o equilíbrio sistêmico das metas organizacionais relacionadas à integração entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Desta forma, o acontecimento de eventos que tiveram como pauta o desenvolvimento sustentável a nível global, como a Conferência de Estocolmo (1972), a Cúpula da Terra (1992), Rio+10 (2002) dentre tantos outros, buscaram soluções que equiparassem a economia e o ambiente de maneira racional, propondo ideias como reforma e modernização ecológica (DOVERS, 1996). No entanto, Mol (1997) destaca em suas teorias que, ainda que os representantes de países e gestores de grandes organizações que se fizeram presentes nestes eventos, tivessem consciência da relevância de moldar as atividades sociais e econômicas conforme os ciclos naturais, também enxergaram esta situação como possível nicho de mercado e como uma forma de aumento dos lucros (MOL, 1997). A sobreposição dos interesses econômicos permitiu que a ideia de sustentabilidade enquanto agência de mudança em um cenário de exploração excessiva nos aspectos naturais e sociais começasse a se corromper.

Com base do que afirma Sewell (1992), teoricamente, por meio da sustentabilidade enquanto agência, as estruturas poderiam ser reproduzidas ou transformadas. Contudo, a partir do caráter ideológico e político capitalista que as discussões sobre o tema se constroem, o interesse de transformação ou reforma acaba por representar um mito organizacional (MEYER; ROWAN, 1977) e até mesmo uma maneira de fazer da sustentabilidade uma nova estrutura alinhada ao capitalismo. Nova estrutura esta que se constrói às sombras de um sistema econômico, e apresenta como inevitável a exterminação da pobreza para a diminuição da degradação ambiental e conseqüentemente um crescimento econômico saudável (CASTRO, 2004). Esta proposta de uso da sustentabilidade é reforçada nos argumentos de Banerjee (2003, p. 150) quando o autor afirma que:

[...] Os aspectos "sociais" que acompanharam o desenvolvimento, como o desemprego, o subemprego, destruição do meio ambiente e do habitat, e aumento das desigualdades, foram como "obstáculos sociais" que precisavam ser superados para que o desenvolvimento prosseguisse suavemente.

O desenvolvimento ao qual o trecho se refere representa os interesses da estrutura capitalista, no qual a lógica que se segue é a primazia pelo desenvolvimento econômico, com a justificativa de que, desta maneira, os aspectos sociais da sustentabilidade propostos enquanto agência de mudança e transformação do sistema é atingida (BANERJEE, 2003). No entanto, a proposta assume características contrárias ao objetivo inicial de agência da sustentabilidade, na relação entre organizações, sociedade e ambiente, que seria supostamente um alinhamento equitativo entre aspectos naturais, sociais, culturais e econômicos (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009).

Associada, portanto, ao contexto das organizações e conseqüentemente capitalista, compreende-se a sustentabilidade enquanto assunto que se contradiz em dois pontos principais: apresenta-se nas organizações como o interesse de produzir mais, com custos menores, no entanto com salários menores, o que pode vir a refletir de maneira indireta na demanda final; e também apresenta-se a fundamentada na precificação daquilo que não é passível de se atribuição de valor, isto é, atribui valor ao trabalho humano, ao ambiente e à infraestrutura urbana (O'CONNOR, 2000). Isto posto, O'Connor (2002) esclarece em suas teorias a inexistência de alinhamento entre sustentabilidade e capitalismo. A proposta deste alinhamento exige mudanças que vão além de aspectos econômicos, e envolvem também aspectos culturais e sociais, fazendo deste, um processo extremamente complexo.

Transformar ou reformar um sistema econômico como o capitalismo representa desafiar uma estrutura fortemente institucionalizada. Porém ainda que sua representatividade seja muito relevante na relação entre organizações, sociedade e ambiente, suas incongruências permitiram que este se sentisse de alguma forma, ameaçado pelas discussões acerca da sustentabilidade. Desta maneira, considerando a constante tentativa de escapar às críticas, o sistema capitalista apropriou-se do termo sustentabilidade a partir da ideia de que as práticas sustentáveis constituem e são constituídas pelas estruturas (SEWELL, 1992). No entanto, questiona-se se a força da sustentabilidade é suficiente enquanto agência para, de fato, constituir parte da estrutura das organizações.

## **DISCUSSÃO**

Frente ao exposto, as discussões acerca dos conceitos de estrutura e agência no que diz respeito à sustentabilidade no campo das organizações pressupõe o uso dos conceitos explorados na microssociologia bourdieusiana. A união entre as teorias de estrutura e agência

a partir de uma perspectiva dialética encaminha as discussões ao universo intermediário entre estrutura e agência, entre o estruturalismo e construtivismo, propostos por Bourdieu. Em relação ao conceito de agência (SEWELL, 1992), é possível associá-lo ao conceito de *habitus* (BOURDIEU, 2012), por exemplo, este que se propõe identificar a história da organização, com o objetivo de compreender as ações dos tomadores de decisão e suas estratégias individuais. Além disso, compreender as ações e decisões a partir da história das organizações envolve a compreensão de sua estrutura formal. Decisões estas que, quando relacionadas à sustentabilidade, conforme discussões propostas neste ensaio teórico impactam o campo como um todo, isto é, a sociedade, o ambiente e a própria organização.

A discussão acerca dos conceitos de agência e estrutura é considerada dialética e é representada a partir de relações de poder estabelecidas no campo em análise. Nas ciências sociais representam o dualismo sujeito-objeto, nos aspectos epistemológicos dos estudos organizacionais podem ser representadas pela interdependência do estruturalismo e do construtivismo. Nas discussões sobre sustentabilidade, por sua vez, a dialética é representada pela tentativa de alinhamento entre os princípios capitalistas e as necessidades do ciclo natural. Isto posto, compreende-se a agência no contexto das organizações como o poder de ação das propostas relacionadas a um suposto desenvolvimento sustentável, que representam a capacidade dos atores efetivarem seus interesses por meio de suas decisões. Estruturas, por sua vez, são resultados de ações anteriores e condições para ações posteriores que se realizam por meio da construção social do campo organizacional e da sustentabilidade como *habitus*, ou seja, condições e produtos da ação, apresentadas neste ensaio como os princípios do sistema capitalista.

Uma vez que o conceito de sustentabilidade é associado ao poder de agência, e este é, por sua vez, apresentado na relação com o conceito bourdieusiano de *habitus*, a sustentabilidade enxergada por meio de lentes dualistas/estruturalistas, pode ser interpretada como um possível *habitus* do campo das organizações. Partindo desse pressuposto, questionou-se neste ensaio teórico se seria possível buscar institucionalizar um sistema alternativo no momento em que o capitalismo tornasse visíveis suas contradições, fazendo-o vulnerável para que a sustentabilidade se fizesse presente enquanto agência (DRYZEK, 1992). A partir do que afirma Bourdieu, esta tentativa, nomeada diferenciação do campo, representaria a sobreposição do *habitus* sobre o campo, e uma tentativa de romper com a dominação promovida pelas estruturas do sistema capitalista no campo organizacional. Porém, para que isso seja possível, a pressuposição de lucratividade característica do capitalismo é o resultado formal que permite que as organizações se mantenham economicamente saudáveis. Com uma nova forma de realizar seus negócios, precisaria ser modificada toda forma voltada puramente para a lucratividade como realizada anteriormente e essa vista esteja voltada para os objetivos da sustentabilidade proposta pela diferenciação do campo e na dominação do campo sendo realizada com foco na sustentabilidade, enaltecendo assim uma forma diferente com a qual são regidos os negócios, podendo proporcionar a dialética entre a agência da sustentabilidade e a estrutura das organizações. Essa nova perspectivas para a dominação do campo estão atreladas aos capitais necessários tanto na modificação desse campo, quanto para a manutenção dos agentes no campo, visto que os capitais podem sofrer alterações e conseqüentemente o desinteresse no campo. Sendo assim, esses novos capitais necessários para o pertencimento ao campo e para que a sustentabilidade exerça a dominação, ela precisa se sobrepor aos capitais que a busca lucrativa ou capitalista exerce. Assim, a adoção dos conceitos bourdieusianos acresce ao debate estrutura e agência uma vez que permite identificar os capitais como fatores que influenciam a agência e determinam a estrutura.

Pois na constituição da estrutura com diferentes tipos de linguagens, para Sewell (1992) a estrutura implica seu sentido verbal transitiva, ou seja, a estrutura é posta como

estruturante como modo de produção e assim estrutura formações sociais. Quando a existência social se dá como estruturas tendem a ser reificadas e tratado como imutável, logo a crítica é o que tende a se perder na linguagem da estrutura é a eficácia da ação humana, ou agência. Logo, quando a estrutura implica estabilidade, a linguagem estrutural explica como a vida social é moldada em padrões consistentes. Nesse caso do discurso estrutural, a mudança é comumente localizadas fora das estruturas.

Ao contrário de defender que as organizações são entendidas como um conjunto de técnicas completamente diferente das utilizadas pelos pesquisadores organizacionais positivistas deve-se analisar a concepção em acordo que as organizações se constroem socialmente. Bourdieu propõe se colocar além dos modelos existentes e da rigidez dos modelos explicativos de vida social. Assim, desenvolveu um estruturalismo dinâmico, genético ou construtivista. O termo “construtivista estruturalista”, também foi utilizado por Bourdieu para caracterizar seu trabalho tendo, logo em seguida, acrescentado a designação inversa - “estruturalismo construtivista”, expressando a articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo da sua teoria, ou seja, a articulação dialética entre estruturas mentais e sociais (MISOCZKY, 2003). Em uma perspectiva estruturalista-construtivista ou ao contrário, aliado a isso, então, a teoria das organizações pauta-se na tentativa de organizar e explicar de forma mais coerente os problemas enfrentados pela gestão. Logo a epistemologia em sintonia com sua concepção contemporânea como um saber interdisciplinar, busca estudar a produção do conhecimento científico tanto do ponto de vista lógico (herdado da epistemologia tradicional), quanto do ponto de vista linguístico, sociológico, antropológico e ideológico (SERVA, 2012).

Nesse sentido, o agente deixa de ser apenas um reproduzidor, a teoria organizacional passa a focalizar questões de método, de validade do que é produzido e passa a reconhecer essa participação como elemento fundamental nessa relação próxima, dinâmica na organização. A interação com o ambiente acontece quando afirma-se que as decisões organizacionais tendem a influenciar a sociedade, economia e meio ambiente, pode-se partir da ideia que esses olhares ontológicos (na articulação da teoria do mundo), epistemológicos (na articulação da teoria do conhecimento) e paradigmáticos (acerca dos princípios das visões de mundo dos teóricos na análise organizacional), possibilita investigar competências organizacionais, humanas e estratégicas, associada, por exemplo, às premissas da sustentabilidade. Conceito que liga-se às organizações que possuem grande responsabilidade nas relações econômicas e também nas relações sobre as problemáticas socioambientais.

Deve-se pensar a interação com o ambiente com questões conectadas, a humanidade depende do meio ambiente, a sociedade depende do meio ambiente e a economia depende da sociedade e etc. Este assunto inserido em organizações provoca uma mudança paradigmática. Uma nova visão em que aspectos econômicos, sociais e ambientais deixam de ser tratados de maneira isolada, como anteriormente que se acreditava que o meio ambiente e a sustentabilidade eram coisas separadas, e agora passa a se inter-relacionarem. A sustentabilidade está entre os fenômenos que recebeu maior atenção no campo das organizações nas últimas décadas, por suas particularidades, fizeram que mudanças ocorressem na área da gestão e da pesquisa. Assim os esforços devem crescer para disseminar e compreender a sustentabilidade como prática organizacional. A fim de estabelecer um diálogo entre diferentes abordagens teóricas organizacionais e relacioná-las à temática da sustentabilidade. Ainda que caracterizada fortemente pela pluralidade de perspectivas, marcada por inúmeros conflitos de opinião, visão, interesse e relações de poder.

Com destaque às relações de poder, para Sewell (1992), referente à contextualização, que estruturas são recursos, o autor concorda com Giddens, que qualquer noção de estrutura que ignora as assimetrias de poder é radicalmente incompleta, como em Levi-Strauss. Ambos os tipos de recursos são meios de poder e são distribuídas de forma desigual. A agência remete ao poder enquanto possibilidade de ação. O poder teria dois aspectos, que seria a

capacidade dos atores efetivar suas decisões em suas atividades e mobilização de tendências embutidas nas instituições. A estrutura se relaciona como regras e recursos, que são inseparáveis. As regras estão relacionadas com a constituição de significados e sancionamento dos modos de conduta social e os recursos remetem a procedimentos metódicos de interação social. A dualidade estrutural é caracterizada por estruturas que são resultados de ações anteriores e condições para ações posteriores, condições e produtos da ação. A estrutura é resultado de uma ação anterior que condiciona a ação posterior. A estrutura é, no fundo, um instrumento abstrato do sociólogo para reconhecer o que é estabilizado, que não se inventa a cada interação, mas que só é compreensível empiricamente quando atualizado na ação e interação.

Com isso, como mencionado no caso de Sewell, essa perspectiva de mudança do campo organizacional não poderia ser realizada, tendo como denotação que as estruturas não são modificáveis e que permanecem estáticas. Entretanto, essa relação dual, conforme a teoria bourdieusiana permite alterações em seus contextos e que na forma de interação entre as estruturas como postas na dominação do campo sofrem modificações ao longo do tempo, permitindo assim a possibilidade de que haja uma relação dialética entre as estruturas organizacionais voltadas para que o lucro seja o objeto de busca das organizações e que permita a concretização do campo e que a agência da sustentabilidade seja abordada por meio de um *habitus* na modificação do campo e podendo assim gerar a dialética entre os dois.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANERJEE, S. B. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Revention of Nature. **Organization Studies**. 2003, p.143-180

BARLEY, S. R.; TOLBERT, P. Institutionalization and structuration: studying the links between the action and the institution. **Organization Studies**, v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.

BECK, U. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. **São Paulo: Editora** 34, 2010.

BORIM-DE-SOUZA, R., WOITAS, N.M.A., ZANONI, B.L. and CHIBA, J.H.F. Internationalisation and sustainability as a field: a contingent view of comparative management via Bourdieusian sociology. **Int. J. Comparative Management**, v.1, n.1, 2018, p. 26–44.

BOURDIEU, P; WACQUANT, L J. D. An invitation to reflexive sociology. **University of Chicago press**, 1992.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. Ed. **Petrópolis: Vozes**, 2014.

BOURDIEU, P. Coisas ditas. São Paulo: **Brasiliense**, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia; tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: **Editora Marco Zero Limitada**, 1983.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2012.

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, jun. 2004, p.195-225

DRYZEK, J. S. Ecology and Discursive Democracy: Beyond Liberal Capitalism and the Administrative State. **Capitalism Nature Socialism**. V. 3, n.2, 1992, p.18-42.

DOVERS, S.R. Sustainability: Demands on Policy. **Journal of Public Policy**, 16, 3, p. 303-318, 1996.

EMIRBAYER, M; MISCHKE, A. What is agency? **American Journal of Sociology**, v. 103, p. 962-1023, 1998.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: **Martins Fontes**, 1984. 458p

GIDDENS, A. (2000b). Dualidade da estrutura: agência e estrutura. **Oeiras: Celta**

GLADWIN, T., KENNELLY, J.; KRAUSE, T. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, 1995, p. 878-907.

HARVEY, David. Contradição 16: A relação do capital com a natureza. In:\_\_\_\_\_. 17 contradições e o fim do capitalismo. Tradução de Rogério Bettoni. 1 ed. São Paulo: **Boitempo**, 2016, p. 230-243.

HOPWOOD, B., MELLOR, M.; O'BRIEN, G.. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, 13, pp 38-52, 2005.

LEVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural. **Tempo brasileiro** - Rio de Janeiro, 1993.

MILNE, M. J; KEARINS, K.; WALTON, Sara. Creating Adventures in Wonderland: The Journey Metaphor and Environmental Sustainability. **Organization**. Vol 13, Issue 6, pp. 801 – 839, 2006.

MISOCZKY, M. C. A. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **RAC**, Edição especial, p. 9-30, 2003.

MISOCZKY, M. C. A. O Poder Simbólico do Discurso da Água e a Reorganização do Campo da Água Potável na França. **In Enanpad**. n.31, Rio de Janeiro,2007, p.01-17.

MOL, A. P. J. Ecological modernization industrial transformations and environmental reform. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Org.). The international handbook of environmental sociology. London: **Edward Elgar**, 1997.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUSA, R. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **REBRAE – Revista Brasileira de Estratégia**, v. 2, n. 2, p.185-202, 2009.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible?" **Papeles de población**, v. 6, n. 24, p. 9-35, 2000.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: **Editora Atlas**, 2007, p. 61-97.

SAUSSURE, F. DE, **Curso de linguística geral**. E. -- São Paulo: **Cultrix**, 2006.

SERVA, M. O Surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da administração: inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: **ANPAD**, 2012. P. 1-16.

SEWELL, W. F. A theory of structure: duality, agency, and transformation. **The American Journal of Sociology**, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.

SHWOM, R. Strengthening Sociological Perspectives on Organizations and the Environment. **Organization & Environment**, v. 22(3), p. 271-292, 2009.